



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 236 - DE 8 a 22 DE ABRIL DE 2002- R\$ 1,00

**FORA O EXÉRCITO DE ISRAEL DA PALESTINA  
FORA OS EUA E SEUS ALIADOS DO ORIENTE MÉDIO  
NENHUMA INTERVENÇÃO DA ONU, MARIONETE DOS EUA  
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO  
ARMAMENTO GERAL DAS MASSAS PALESTINAS!**



**As correntes de esquerda e as eleições:  
seguem o reformismo petista conciliador**

**Os 6 anos do massacre de Eldorado dos Carajás**

# Quinzena do Movimento Operário

## **Metalúrgicos aprovam acordo que flexibiliza leis do trabalho**

A Força Sindical fazendo o jogo da patronal está procurando mudar as formas de pagamento e distribuição das férias, 13º, divisão dos lucros, licença-paternidade e hora de almoço, utilizando-se para isto de uma assembleia com pouco mais de 10 mil pessoas. Mesmo este número só foi conseguido graças ao sorteio de cinco carros Celta, cinco geladeiras e cinco televisores, além de shows de sertanejo e samba.

A partir de agora, os patrões do setor de autopeças e máquinas poderão dividir as férias dos operários em até quatro períodos, reduzir o horário de almoço em meia hora, dividir o 13º em mais de duas parcelas, comprar a licença-paternidade e parcelar a PLR (participação nos lucros) em mais de duas vezes. O acordo vale para 500 mil operários dos sete sindicatos de metalúrgicos da Força Sindical na Grande SP.

## **Sindicato de Campinas rompe com a CUT devido divergência com CLT**

O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Campinas e Região rompeu com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) alegando divergências sobre a "modernização" da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Na verdade, o que queria a burocracia sindical era se filiar à Força Sindical.

O sindicato reúne 25 mil trabalhadores, de Paulínia, Valinhos, Indaiatuba, Jaguariúna, Cosmópolis, Sumaré e Hortolândia.

## **A enrolação das Comissões de Conciliação Prévias (CCP)**

As comissões de conciliação prévia são uma enrolação. A Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) entrou com representação no Ministério Público de São Paulo pedindo apuração de atividades de conciliação conduzidas pela empresa Tribunal Arbitral Brasileiro Sociedade Civil Limitada, constituída pela Força Sindical, o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias (Simpí) e Faculdades Radial.

Segundo os advogados, estas comissões estão se valendo da palavra "tribunal", para enganar os trabalhadores com a falsa idéia de que estejam utilizando o Judiciário. Ela ainda expede documentos para depósito bancário, chamado de custas, que é exigido como pré-requisito para fazer a conciliação.

Outra Comissão que se está pedindo apuração é a Co-

missão de Conciliação Prévia Intersindical, do Rio de Janeiro. Esta comissão cobrou 10% das verbas rescisórias recebidas pelo ex-funcionário de um edifício. "O dinheiro saiu do bolso do trabalhador porque o condomínio se recusou a pagar."

Como vemos, a criação destas CCP vem sendo utilizadas para enganar os trabalhadores. Os pelegos falam que é um meio para resolver as questões trabalhistas, e rescisórias mais rapidamente que o tribunal. Mas o que vemos é somente perda de direitos e de dinheiro para os trabalhadores.

## **A queda na renda do homem do campo no Ceará**

Os camponeses estão sendo obrigados a deixar a zona rural para procurar outras fontes de renda na cidade, trabalhando até como mototaxista

Em 1992, o IBGE constatou uma massa de 121.814 pessoas economicamente inativas na zona rural do Estado. Em 1999, esse número quadruplicou: são um total de 486.435 homens e mulheres sem nenhuma atividade econômica no interior cearense.

O empobrecimento do homem do campo, nos últimos 10 anos, foi objeto de estudos que revelou que na região Nordeste, a queda chegou a 4,3%, especialmente no período que permeia o governo de Fernando Henrique Cardoso. A renda média das pessoas ocupadas na agricultura permaneceu praticamente estável em 1998 e a proporção de pobres na agricultura cresceu 1,7% no Nordeste, considerando o período entre 1995 e 1998. No país, houve um aumento de 2,1%. Em relação a 1981, a proporção de pobres em 1998 cresceu 5,1% no Brasil e 13,3% no Nordeste.

O empobrecimento no campo decorreu em parte dos anos de secas, mas, principalmente, de uma política deliberada de tirar o homem do campo em algumas regiões do interior do Estado. Este empobrecimento é progressivo, uma vez que não nada se faz para conter a concentração de renda, gerando o fenômeno de pobres cada vez mais pobres. "O governo não investe na agricultura, a não ser nos chamados pólos produtivos - agricultura irrigada - e isso é o que tem gerado o êxodo rural e o aumento do cinturão de pobreza nas áreas metropolitanas", destaca o coordenador da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. O empobrecimento das massas camponesas e a concentração de terras e riquezas nas mãos dos latifundiários têm se aprofundado. A unidade dos camponeses pobres com a classe operária é a única saída para solucionar os graves problemas do campo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

## Palestina

# O Estado sionista e o imperialismo norte-americano unidos contra o povo palestino

A rebelião das massas palestinas (Intifada) e a resistência armada dos grupos nacionalistas-mulçumanos ao expansionismo de Israel obrigaram o governo sionista a expor seu terrorismo-militarista. É com a moderníssima máquina de guerra que o Estado sionista vem impondo ao povo palestino seu domínio, impedindo-o de existir em sua própria pátria. Os Estados Unidos armaram a burguesia sionista para não só sustentar o Estado de Israel criado artificialmente e imposto pela força econômica e das armas como também para que se expandisse e mantivesse sob seu jugo a população palestina, um povo pobre e sem meios militares.

O fascista Ariel Sharon expressa a história de massacres e subjugo das massas palestinas, por meio dos quais se edificou o Estado títere da burguesia imperialista. Por isso, não é surpresa a ofensiva de terror militar e sangue sobre a população, que vem resistindo ao expansionismo e lutando pelo direito à pátria palestina, livre do domínio e opressão externas.

O governo norte-americano atribui a guerra aos ataques suicidas dos homens bombas, ou seja, ao terrorismo dos movimentos armados. Mas, na realidade, há um povo inteiro em combate à opressão sionista e imperialista. O extraordinário espírito de sacrifício dos jovens que se dispõem despedaçar para sustentar o combate à opressão sionista-imperialista encontra eco nas massas em luta.

O armamento geral da população palestina e dos trabalhadores dos países árabes é o caminho para se superar a via do terrorismo individual e vencer as forças da burguesia sionista-imperialista. Os movimentos de massa antiimperialista na Jordânia, Egito, Líbano, Síria constituem um avanço na resistência. Confrontam a política dos governos árabes e da feudal-burguesia que submetem seus países ao colonialismo e sacrificam a vida dos trabalhadores.

Sob brutal repressão e ausência do



*Manifestação pró-palestinos é reprimida no Cairo (Egito)*

partido revolucionário, as massas foram impedidas de tomar em suas mãos a tarefa de lutar unitariamente contra os saqueadores. Mas na atual situação o recrudescimento da guerra sionista contra os palestinos, a invasão norte-americana do Afeganistão e o esperado ataque ao Iraque puseram em movimento as massas oprimidas contra as forças de opressão.

A classe operária internacional está chamada a colocar-se pela autodeterminação dos povos subjugados e pela derrota do imperialismo por meio da luta nacional e de classe.

### **A intervenção da ONU será a favor do sionismo-imperialismo**

Correntes de esquerda e o próprio governo FHC defendem que o Conselho de Segurança da ONU envie uma força militar para se interpor entre os sionistas e os palestinos. Com essa intervenção, espera-se que os sionistas desocupem a Cisjordânia, Gaza e Golan, que se constitua um Estado palestino e que o Estado judeu seja reconhecido pela Liga Árabe.

Há uma fração da burguesia internacional temerosa de que a guerra dos sionistas provoque levantes generalizados das massas no Oriente Médio e que te-

nam repercussão por todas as partes. Assim, exige-se um acordo de paz imposto pelas forças externas, tendo à frente o imperialismo norte-americano, respaldado pela ONU.

A Arábia Saudita foi acionada com a proposta de recuo de Israel às fronteiras de antes da guerra de 1967, criação do Estado palestino e garantias para o Estado sionista. Trata-se de uma manobra para arrefecer a resistência palestina e enclausurá-la numa pequena faixa territorial.

Nenhum acordo porá fim ao expansionismo sionista, sem o qual não pode sobreviver o Estado de Israel e atender os interesses do imperialismo. Qualquer força externa do imperialismo estará a serviço da burguesia sionista. É uma farsa a idéia de que a ONU é neutra.

O Estado palestino, independente e democrático não será gestado pelo intervencionismo dos saqueadores dos povos. Ao contrário, virá do movimento antiimperialista das massas operárias e camponesas palestinas e árabes. O combate ao militarismo sionista, seu Estado e ao expansionismo colonialista sobre o território palestino é antiimperialista. É necessário, portanto, rechaçar o intervencionismo e defender a autodeterminação dos povos.

# Diretório Nacional do PT aprova aliança com PL

Se a aliança com o Partido Liberal (PL) dependesse da aprovação oficial, já não haveria obstáculo. O Diretório Nacional teve decisão favorável, ainda que dividido.

As esquerdas petistas contrárias à aliança contaram a seu favor com votos de membros da própria Articulação assombrados com a ousadia da adaptação ao eleitoralismo mais descarado e a aproximação com elementos orgânicos da ordem capitalista.

Lula, José Dirceu e José Genoíno, três comandantes do PT, foram enfáticos na defesa do PL, sob o argumento de que, para vencer a eleição e governar, é preciso perder vestígios do passado que conservam o pressuposto das alianças só no denominado "campo democrático e popular" (PSB, PDT, PCdoB e setores oposicionistas internos a partidos como PMDB).

De fato, o PT há tempo jogou no lixo o critério "democrático e popular" das composições. Em alguns estados e municípios, governa coligado ao PSDB e até mesmo com o PFL. É o que fazem também os presumíveis aliados "do campo popular", como o PSB e PCdoB. Enfim a noção de "campo democrático e popular" não se sustenta diante dos interesses eleitorais de qualquer um dos partidos enumerados. Trata-se de uma máscara para a política burguesa oposicionista.

Há muito combatemos as esquerdas petistas por se adaptarem ao reformismo (política de reformas do capitalismo) usando a estratégia do "governo democrático e popular" e a tática do "campo democrático e popular". Tais conceitos vêm da política do velho Partido Comunista degenerado pelo estalinismo. Serviram à política de submeter a classe operária ao nacionalismo burguês.

O PT adotou o governo democrático e popular com o mesmo sentido, mas logo sua direção majoritária viu que limitava as alianças. Foi descartado, permanecendo a bandeira nas mãos das correntes semi-opositoras e opositoras à Articulação, principalmente a Democracia Socialista (DS), O Trabalho, Força Socialista. Quem levantou a bandeira de "governo democrático e popular" e o critério de aliança no campo "democrático e popular" foram os reformistas da Articulação. E quem ficou com essas bandeiras esfarrapadas foram as correntes de esquerda petista.

Nas eleições municipais e estaduais, o PT passou a compor com quaisquer

partidos, como já vinham fazendo os estalinistas do PCdoB. As esquerdas petistas não fizeram senão protestos demagógicos. Com três derrotas em eleições presidenciais e aumento da concorrência entre os próprios partidos da aliança frentepopulista, o quadro de alianças se alterou substancialmente. O PSB lançou candidatura própria e o PDT partiu para uma nova coligação com PPS/Ciro Gomes. O PCdoB é um parasita de todos os partidos, agarra-se no lombo de qualquer um para ter um ou outro de seus membros eleito ou incorporado nas administrações. Assim, não serve aos fins eleitorais do PT. Está aí por que é preciso que Lula saia à procura de um PL, do PMDB do corrupto Quéricia e do franco atirador Itamar Franco.

Mas não tem sido fácil ao comando petista "costurar" qualquer uma das alianças. O PL tem compromissos regionais com todo mundo. Quéricia e Itamar esperam tirar proveito da aliança do PMDB com o PSDB, já que não saiu candidatura própria. A nova regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral exigindo a aliança vertical complicou ainda mais as pretensões do PT de aglutinar pedaços de partidos por detrás dos 30% da intenção de voto no Lula.

De todo esse jogo, típico da politicagem burguesa, o que interessa à política operária é mostrar aos trabalhadores o apodrecimento do PT. E denunciar o grau de comprometimento das esquerdas petistas com toda essa porcaria. A experiência tem demonstrado que o PT é um partido da ordem capitalista. A classe operária tem de construir um verdadeiro partido revolucionário. Esse tem sido o empenho do POR.

## **FHC exigiu que Lula e PT condenassem o MST. E estes condenaram.**

Mostramos que a procura de aliança do PT com partidos e políticos da ordem burguesa não é um simples jogo de somatória eleitoral. A somatória expressa o conteúdo de classe da política do reformismo.

A condenação da invasão pelo MST de Buritis da fazenda de FHC por Lula e PT refletem com precisão de que lado estão os petistas.

As esquerdas petistas e membros do MST identificados com o PT dirão: alto lá, não são todos os petistas que condenaram

a invasão. Falso dilema. Todos fazem parte da estratégia de chegada de Lula e PT ao poder do Estado. Estão submetidos à estratégia pró-capitalista desse partido, que, na luta de classe, defende a propriedade privada dos meios de produção e sua promessa de "reforma agrária" não se distingue na essência de qualquer uma das variantes burguesas. Todas preservam as relações de propriedade agrária que sustentam e reproduzem a estrutura latifundiária. Não é por acaso que defendem o latifúndio considerado produtivo contra as ocupações e as indenizações das desapropriações do latifúndio improdutivo, que aliás têm sido um prêmio para os latifundiários.

Mas há muito Lula vem se pronunciando contra os movimentos radicais de operários e camponeses. Colocou-se a favor do critério repressivo do Estado às greves consideradas prejudiciais à população - é o tal dos serviços essenciais. A condenação da greve dos Petroleiros em 1995 indicou o caminho que o caudilho iria tomar.

As correntes de esquerda, inclusive as mais radicais, que levantaram a bandeira de "Vote em Lula, por um governo dos trabalhadores" e que justificaram seu seguidismo ao caudilho com o argumento de que Lula expressava a classe operária não são capazes de reconhecer a capitulação. Não atuam segundo as leis da política na sociedade de classe. No entanto, a política tem suas leis de funcionamento.

Uma dessas leis é a da contradição de classe. Ou os homens expressam a política da burguesia ou do proletariado. Não há meio termo. A política pequeno-burguesa do meio termo é um desdobramento da política burguesa. Os que pretendem conciliar as classes opostas por meio da democracia burguesa e demais instituições do Estado não fazem senão enganar os explorados.

A burguesia precisa dos falsificadores da política dos trabalhadores. Passam por representantes dos oprimidos no interior da ordem capitalista (economia e Estado). Mas, na realidade, expressam a política dos exploradores no seio da classe operária e dos camponeses pobres. Está aí a verdadeira razão e sentido da condenação da ocupação pelos camponeses sem-terra de Buritis da fazenda do Presidente da República por Lula e PT.

## Trabalho

# Permanece em pé a eliminação de conquistas trabalhistas

O adiamento da votação da reforma FHC/Dornelles foi mais um recurso usado para evitar novos atritos entre os partidos da base governista. O jogo eleitoral e a candidatura do PSDB não poderiam sofrer novos abalos. As recentes fissuras entre o PSDB e PFL, em torno da corrupção do governo de Roseana no Maranhão, não deveriam se repetir com os partidos que possivelmente se coligariam com Serra, no caso o PMDB.

O desmonte da frente PSDB, PMDB e PFL, que sustentou por dois mandatos Fernando Henrique Cardoso, causado pela luta em torno do controle do aparato estatal e expressa nos escândalos de corrupção que atingiu os chefes oligárquicos Antônio Carlos Magalhães e Roseana Sarney (PFL), Jader Barbalho (PMDB) e Arruda (PSDB) ainda soa forte. Evitar novos conflitos foi a saída de FHC/Dornelles para a prorrogação da votação no Senado do fim de direitos trabalhistas. O governo necessita da unidade dos grandes partidos no Congresso para votar medidas de aumento de impostos (CPMF) e manter o Plano antinacional e antipopular.

A campanha da CUT contra a reforma Dornelles foi tímida e se mostrou submetida às regras do Parlamento. Ou seja, a não votação no mês de março inviabilizava a retomada antes das eleições. Não por acaso, as direções sindicais suspenderam a paralisação quando souberam que o Senado não votaria a reforma. Depois do dia 21, a CUT ficou calada diante da liquidação dessas conquistas trabalhistas. Não falamos da Força Sindical (Paulinho e Medeiros - hoje deputado pelo PL) porque é abertamente favorável a reforma trabalhista e ao conjunto das reformas neoliberais.

A classe operária e demais trabalhadores não devem se submeter ao eleitoralismo e ao jogo cênico do Congresso. A reforma de Dornelles está em pé. O governo FHC pretende colocá-la em prática antes do término de seu mandato.

**Exigir que se cumpram e se ampliem os direitos trabalhistas e não liquidá-los**

As conquistas trabalhistas foram im-

postas às custas de muitas greves e manifestações. A luta contra a exploração do trabalho esteve presente desde o nascimento da classe operária brasileira. Já na segunda metade do século XIX (a partir de 1850) as greves pipocavam em vários setores (gráficos, ferroviários, marceneiros, construção civil etc) e tinham como reivindicação a defesa do trabalho, redução da jornada (que chegava a 16 horas), os salários miseráveis, o descanso no domingo e as melhorias nas condições das fábricas. Na medida em que a indústria cresce e se forma um proletariado mais coeso (ainda nos anos que antecedem o governo de Getúlio Vargas), os movimentos, ocupações e greves em torno de medidas de proteção ao trabalho se acirraram contra o patronato. Os trabalhadores reagiram violentamente contra as tentativas dos capitalistas de reduzir salários e exigiam direitos elementares: salário, emprego, férias, amparo ao trabalho da mulher e das crianças. Portanto, a incorporação de reivindicações dos explorados na CLT (1943) foi consequência do combate sem trégua contra o governo e a burguesia.

Uma das medidas do Plano neoliberal é o ataque a essas conquistas sociais. Trata-se de uma exigência do grande capital e do imperialismo para manter seus lucros, ameaçados pela desintegração do capitalismo. Os países semicoloniais, desde de 1989 (com a imposição do chamado "Consenso de Washington"), aplicam as diretrizes imperialistas, entre elas os cortes (demissões), arrocho salarial e destruição de direitos trabalhistas. No Brasil, depois de 10 anos de aplicação do Plano Real, a maioria da classe trabalhadora já perdeu os direitos contidos da CLT. A reforma Dornelles cumpre a função de retirá-los da legislação, dando assim a total legalidade aos atos que já vêm sendo praticados pelos patrões.

**A maioria trabalhadora não tem direitos trabalhistas**

A eliminação de direitos trabalhistas cresceu brutalmente com a destruição de postos de trabalho. Dados ainda subesti-

mados indicam que entre 1989 e 1999 foram liquidados 4,3 milhões de empregos com carteira assinada. Só na indústria desapareceram 1.547.772 (segundo IBGE) empregos. Isso quer dizer que houve uma perda de 1 em cada 4 postos de trabalho "formais", na indústria. As razões estão na aplicação das diretrizes pró-imperialistas de FHC, como abertura da economia ao capital estrangeiro, privatizações, fechamento de fábricas, demissão de funcionários públicos etc. Nesse período, 11 milhões de empregos são "informais" (sem carteira de trabalho e, conseqüentemente, sem direitos elementares).

De uma população de 79,3 milhões de trabalhadores (população economicamente ativa), 53% não recebem o 13º salário. Do total que tem carteira assinada, 5% já perderam o direito ao 13º salário. Para a maioria que não possui o registro, o 13º já foi abolido. Em relação às férias remuneradas, acontece o mesmo. A maioria (54%) já não tem o direito às férias. Os que trabalham sem carteira, 63% não recebem as férias. Fato que se agrava se levarmos em conta as regiões do país, a exemplo do Nordeste onde somente 37% têm férias anuais. No caso da jornada de trabalho, 27 milhões de assalariados (37%) trabalham mais do que 44 horas semanais. As maiores jornadas também se encontram entre os trabalhadores sem carteira. O descanso semanal remunerado nunca atingiu a totalidade dos trabalhadores. Hoje 52% trabalham aos sábados e/ou domingos. Os trabalhadores negros com registro em carteira continuam recebendo 42% menos do que a média paga aos demais assalariados. As mulheres continuam recebendo menos que os homens. E a exploração do trabalho infantil continua a todo vapor, 18% dos meninos e 13% das meninas vão para o mercado de trabalho antes dos 9 anos, arcando com pesada jornada de trabalho e baixa remuneração. Sequer o salário mínimo de fome do governo é garantido aos trabalhadores. Da população ocupada, 8 milhões, recebem menos da metade do salário mínimo, R\$90,00. E 30 milhões de brasileiros vivem com uma

renda de até 2 dólares por dia.

Esse quadro demonstra as condições que estão submetidos os trabalhadores brasileiros. Os direitos trabalhistas da CLT estão sendo destruídos pelos capitalistas. O pouco que se mantém está na camada que possui a carteira de trabalho. É esse setor que será golpeado pela reforma FHC/Dornelles.

**A defesa das conquistas trabalhistas é parte da luta pelo emprego**

A retirada de conquistas trabalhistas intensificou, nos últimos anos, em função do crescimento do desemprego. Na maioria das negociações, envolvendo sindicatos e patrões, a eliminação de direitos adquiridos foi uma constante. A "flexibilização" da jornada de trabalho com redução salarial, contratos temporários, terceirização, salários diferenciados para a mesma função, parcelamento de 13 salário, diminuição do horário de almoço e outras medidas foram aceitas pelos burocratas sindicais. Geralmente,

a retirada de direitos veio acompanhada da conversa fiada de que era a única forma de garantir o emprego.

Acontece que milhões foram desempregados e as contratações já se davam sem registro em carteira e sem os direitos elementares. Nos últimos cinco anos, o desemprego triplicou e 12,7 milhões de trabalhadores estão sem nenhum ocupação. Isso sem contar os outros milhões que vivem do subemprego.

O palavreado burguês de que é melhor garantir um emprego ainda que em condições precarizadas passou a ser frequente na boca das direções sindicais para convencer os assalariados dos acordos de redução de direitos trabalhistas. Com isso, o governo e os patrões passaram a impor o fim de conquistas sociais sem que houvesse uma resistência coletiva dos trabalhadores. Certamente, contarão com a burocracia sindical no momento de votação do fim dos direitos contidos na CLT.

A luta pelo emprego a todos, redução da jornada sem redução do salário (escala móvel das horas de trabalho) deve fa-

zer parte do combate pela defesa dos direitos trabalhistas. Levantamos a bandeira de: fim dos contratos temporários e de todos os acordos que implicam em retirada de direitos, registro em carteira de todos os trabalhadores e cumprimento de todos os direitos trabalhistas.

**Que os sindicatos, CUT e movimentos convoquem assembléias e preparem as condições para uma verdadeira greve geral**

A burguesia e seu governo preparam o bote. As direções sindicais começaram a se embrenhar no eleitoralismo e não dizem mais nada sobre os direitos trabalhistas. Os trabalhadores mostraram muita disposição de luta no dia 21 de março. É preciso dar continuidade ao movimento. Para isso, exijamos assembléias para aprovar a unidade e o caminho da ação coletiva. Não podemos esperar para depois das eleições. Os trabalhadores devem ganhar às ruas para pôr abaixo a reforma de FHC/Dornelles.

**Rondônia**

**Eleições em Rondônia: o PT e a Frente Popular Independente**

A frente Popular Independente composta por quase uma dezena de partidos, PCB, PCdoB, PV, PHS, PGT, PSL, PMN e PRTB, realizou um encontro em Guajará-Mirim para discutir a ampliação da frente e a decisão do STE sobre a verticalização das eleições. Para esse encontro foram convidados o PT, PDT e PSB.

Os partidos que compõem a Frente, na sua maioria, já decidiram pelo apoio à candidatura de Ernandes Amorim do PRTB ao governo do Estado. Os partidos convidados, embora tenham lançado candidatos próprios, não descartaram a possibilidade de se unir à Frente Popular Independente. O presidente regional do PDT, deputado Dedé de Melo, disse que a re-



solução de verticalizar as coligações pode "trazer barreiras ...se não estivermos juntos no primeiro turno acreditamos que estaremos juntos no segundo". O PT conclui na mesma linha: " Nesse mo-

mento temos nosso candidato ao governo mas também estamos construindo uma composição de apoio...".

A Frente Popular Independente é um aglomerado de pequenos partidos estalinistas, nacionalistas, humanistas e reminiscências do trabalhismo burguês. O PT e seu aliados eleitorais elogiaram a tal frente e se mostram dispostos a se juntarem no segundo turno.

O PT para vencer as eleições faz coligação com deus e o diabo. O

que importa para ele são os votos. Como disse Lula, para ganhar as eleições é preciso aumentar cada vez mais as alianças. Não importa o programa e nem o passado dos partidos.

**MST**

## 6 anos da chacina de Eldorado dos Carajás (PA)

Há 6 anos o governo encena o julgamento dos assassinos dos camponeses de Eldorado dos Carajás. No dia 5 de abril, o Superior Tribunal de Justiça novamente suspendeu o julgamento dos PMs acusados do massacre de Eldorado dos Carajás. O MST exige o afastamento da juíza que iria presidir o julgamento. O julgamento não passa de uma farsa. A juíza, o corpo de jurados e os convidados que recebem a senha para acompanhar o julgamento, são atores de uma peça em que se sabe o desfecho.

Todo ano, às vésperas do dia 17 de abril, a Justiça arma o tal julgamento para mostrar que estão verificando os processos para incriminar o culpados. Foi assim em 19 de agosto de 1999 no vergonhoso julgamento que terminou com a absolvição dos culpados. Foi tão descarado o tal julgamento que, em 11 de abril de 2000, foi cancelado. No ano passado, a juíza marcou novo julgamento e, em seguida, cancelou. Os criminosos acabam sendo os próprios camponeses. Os comandantes e policiais assassinos sempre agem em "legítima defesa". O MST deve rechaçar a Justiça burguesa. Sabemos que não haverá punição por intermédio dessa Justiça. A classe operária e camponeses têm de tomar o problema em suas próprias mãos, constituindo um Tribunal Popular.

### O sangue de Eldorado dos Carajás

A ocupação da fazenda Macaxeira,

em Curinópolis (PA), por 1200 famílias camponesas, serviu para exigir do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB) o atendimento das reivindicações. No dia 16 de abril de 1996, os camponeses organizaram uma marcha até Belém. O governador agiu prontamente e ordenou que a tropa de choque impedisse o prosseguimento da marcha. A força policial matou 19 sem-terra e deixou 70 feridos.

### O sangue de Corumbiara

Centenas de camponeses ocuparam uma fazenda Santa Elina, em agosto de 1995, no Estado de Rondônia. A brutal repressão militar acabou assassinando mais de uma dezena de sem-terra. O governo anunciou a morte de 9 camponeses. Na verdade, foi muito mais. Uma parte foi executada depois da desocupação. Os exemplos do camponês Moacir Carmargo que foi executado depois de ser obrigado a carregar os mortos e de Adilson da Rocha, um adolescente de 16 anos, fuzilado depois de rendido atestam os atos de crueldade do aparato repressivo do Estado.

### O sangue de milhares de camponeses sem-terra

A repressão ao movimento dos camponeses se acirrou nos últimos anos. De 1980 e 2000 (20 anos) foram mortos 1520 sem-terra. O Estado do Pará lidera os as-

sassinatos de camponeses com 406 mortes.

### Unidade entre o campo e a cidade

O governo FHC, ao contrário de atender as reivindicações, decretou guerra aos camponeses pobres. Os latifundiários construíram suas milícias armadas para proteger as fazendas da ocupação. A Justiça e a polícia cumprem ordem da burguesia e de seu governo: matam, prendem e humilham.

Para os camponeses só há uma saída. Trata-se de lutar pela unidade entre campo e cidade. Somente a aliança operária e camponesa poderá se contrapor à estratégia repressiva da classe burguesa.

### Nesse dia 17 de abril

Lutemos pela libertação de todos os presos políticos do MST. Pelo fim de todos os processos judiciais contra o movimento. Pela punição imediata dos assassinos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás. Pela expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos sem-terra. Pelo atendimento de todas as reivindicações dos camponeses. Pela aliança operária e camponesa. Pelo fim da ditadura de classe da burguesia. Pelo governo operário e camponês.

## Rondônia

# PT no Acre se submete às exigências do BID

Tudo está pronto para a assinatura de um acordo entre o governo do Acre (PT) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no dia 28 de abril.

O acordo prevê um empréstimo de 79 milhões de dólares. Os termos do tal acordo falam em concessão de quatro florestas estatais de produção, em 600

mil hectares. Ou seja, o governo pega o empréstimo e dá as florestas de garantia de pagamento. Trata-se da contrapartida, em torno de 53 milhões de dólares. Porém, somente a madeira de uma das florestas está estimada em 3 bilhões de reais. Como diz o ditado popular: é um negócio da China.

Tudo estava sendo tramado às escondidas.

A denúncia apareceu no Jornal A Gazeta e o jornalista responsável disse que recebeu os documentos da diretoria do BID em Washington.

O governador Jorge Viana faz o mesmo que FHC e outros politiquês burgueses: entregam o país, nossas riquezas e terras aos banqueiros internacionais.

**Pará**

## A situação da Prefeitura de Belém, do Pará

Recebemos uma carta de um leitor de Belém que coloca o seguinte:

A prefeitura de Belém é petista. O que caracteriza sua administração é a realização de obras como prioridade em detrimento das questões sociais. O prefeito vive nos comerciais de TV falando sobre suas realizações, gastando o dinheiro do povo com propagandas eleitoreiras. Vive em competição com o governo do Estado que é do PSDB.

O governo tucano sai diariamente na TV e nos rádios falando sobre suas obras arquitetônicas e pontes, iludindo o povo, dizendo que é para o desenvolvimento do Pará. Na verdade, essas obras milionárias favorecem os grandes empresários e o turismo. A maioria da população vive na miséria, desempregada e desabrigada.

A concentração de renda é eviden-

te, carros luxuosos e importados de uma minoria circulam pelas ruas e se esbarram com o povão que se utiliza como principal meio de transporte a bicicleta. As ocupações aumentam, não só nos municípios mais distantes, como também em Belém. A falta de perspectiva de emprego e melhoria para a população provocam o crescimento da violência.

A polícia do Pará é considerada uma das mais violentas do país. O massacre dos camponeses de Eldorado dos Carajás e, mais recentemente, a tentativa de desocupação em Ananindeua Pará (que não ocorreu porque o movimento estava unido e disposto a enfrentar a polícia) são provas da brutal violência policial.

Quanto ao ensino, o que se eviden-

cia é sua completa mercantilização. O crescimento de escolas, cursinhos e universidades particulares é surpreendente. Algumas abrem da noite para o dia e começam com a propaganda enganosa de "melhor ensino", "mais aprovação nos vestibulares" etc. As escolas públicas não proporcionam vagas suficientes, nem condições adequadas de ensino. Nesse ano, muitas escolas suspenderam vários dias de aulas por falta de segurança nos prédios onde funcionam. A SEDUC/PA tem feito propaganda do aumento do número de vagas, mas muitos alunos não conseguiram se matricular.

Quanto ao movimento, o mais recente foi o enfrentamento em Ananindeua pelos sem-teto.

**Para**

## A violenta tentativa de desocupação em Ananindeua (PA)

As 1400 famílias, que tinham ocupado uma área pertencente a empresária do setor imobiliário, Sueli Abdelnor, da Ética Empreendimentos, receberam a ordem judicial de desocupação do terreno. As famílias decidiram enfrentar a ação de reintegração de posse, mesmo sabendo que a operação militar contava com o pelotão da cavalaria, do canil, do batalhão de choque e do comando de operações especiais (COE). Com pedaços de paus e pedras, os sem-teto enfrentaram a polícia armada até os dentes.

Os depoimentos dos ocupantes mostram que a terra ocupada no Aurá era devoluta e que a prefeitura de Ananindeua não recebe o imposto predial e territorial urbano há vários anos. A empresária usa área unicamente para especulação imobiliária e que sequer paga os impostos. E exigem a desapropriação e a entrega aos moradores da

ocupação.

O deputado estadual, Mário Cardoso (PT) esteve no local na hora do combate. Pretendia "acalmar os ânimos", "negociar" com as lideranças e evitar "o conflito". Logo um jovem ocupante disse que não haveria negociação com a polícia no local. Dizia: "daqui não vamos sair". A garra do sem-teto foi apoiada por todos, que exigiam a retirada da polícia e a manutenção da área ocupada. O petista com a missão pacificadora não teve vez entre os sem-teto.

A polícia acabou prendendo vários ocupantes e ferindo dezenas deles. Os sem-teto Laurivan Santos do Rosário, Antônio Batista da Silva, Maria Lúcia Almeida, Sandoval Correia dos Santos, Valdir Rodrigues e Fábio Nascimento foram presos e indiciados pelos crimes de tentativa de homicídio, desacato à autoridade, resistência à prisão, desobe-

diência à ordem judicial e formação de quadrilha.

A repressão aos movimentos no Pará não é de hoje. Basta que lembremos das 19 mortes dos camponeses de Eldorado dos Carajás e das mais de 400 mortes de sem-terra no Estado. O importante desse movimento de Ananindeua foi que os sem-teto não cederam à ação militar e não caíram no conto do vigário do PT de uma negociação com a polícia na área.

O recado do governo e de sua polícia é que não vão desistir de desocupar a área e entregar à empresária. O recado dos sem-teto é que vão permanecer em suas casas no terreno ocupado. Defendamos a ocupação e exijamos a desapropriação do terreno e a entrega aos ocupantes. Fim dos processos judiciais aos sem-teto. Cadeia para a empresária que sonega os impostos.



## Fortaleza

# O lançamento da pré-candidatura de Zé Maria (PSTU)

No mês de março foi realizado o lançamento da candidatura de Zé Maria. O PSTU convidou o PT e suas correntes internas (como a DS) e os estalinistas (PCB, PCdoB).

O objetivo desse lançamento não foi o de apresentar um programa revolucio-

nário e nem de criticar a política burguesa do PT, de total adaptação ao Estado. Ao contrário, tinha como finalidade propagandear a carta aberta ao PT, publicada no Jornal "Opinião Socialista". Nessa carta, o PSTU se mostra disposto em retirar sua pré-candidatura e apoiar Lula. A

condição é que Lula e o PT rompam com a burguesia e assumam um programa anticapitalista. Também não tinha a pretensão de fazer um chamado às correntes internas do PT a romperem com o reformismo. Na verdade, o PSTU continua iludido com o PT.

# PSTU dá uma página de seu jornal a Lula, para ele defender a aliança com o PL

O jornal Opinião Socialista, órgão do PSTU, abriu uma página para Lula defender a aliança com o PL. O artigo foi copiado da página petista na internet. Ao lado, coloca outro artigo de seu pré-candidato à presidência, Zé Maria, contrário à aliança.

Já mostramos nos últimos Massas o significado político da submissão do PSTU ao PT, ao oferecer a retirada de sua candidatura e a própria legenda à esquerda petista.

A publicação do artigo de Lula no jornal do partido, lado a lado com a posição do PSTU, é uma prova de que o periódico incorpora a idéia (falsa) da imprensa burguesa do jornalismo que apresenta os dois lados de uma polêmica, deixando ao leitor decidir por uma delas. Dizemos que essa proposição é falsa porque a imprensa burguesa não é "neutra", sempre defende os interesses, idéias e propostas da classe dominante, que a sustenta economicamente. O blá-blá-blá do direito de defesa só se aplica limitadamente à própria burguesia. Mas o PSTU aplica esse postulado à sua imprensa, abrindo uma de suas páginas para Lula defender a conciliação de classes e a direitização do PT, ao lado da posição de Zé Maria, sem que se faça uma só crítica ao que Lula afirma ao lado. Um jornal revolucionário expressa a política proletária do partido, é seu porta-voz e principal instrumento de organização. É autosustentado pela vendagem militante e assim garante sua independência. Critica as demais políticas adversárias do partido revolucionário, e não apenas "outras posições".

O PSTU critica as alianças do PT porque elas contrariam o princípio da independência de classe. A política aliancista do PT é a de chegar ao poder a qualquer custo.

Em oposição à linha petista, o PSTU defende uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. E ainda: "a defesa de um programa anticapitalista que ataque os pilares dos planos econômicos impostos pelo imperialismo é a única forma de garantir conquistas sociais duradouras para a classe trabalhadora." Volta a afirmar que sua pré-candidatura é apenas um meio para defender a de Lula com vice do MST e um programa de ruptura com a Alca e o FMI, não pagamento da dívida, reestatização das privatizadas etc.

A posição do PSTU é absolutamente eleitoreira porque aponta a eleição do governo de Lula como a "única" forma de garantir conquistas. Já seria eleitoreira sem o adjetivo "única", porque ajudaria a manter as ilusões nas possibilidades de conquistas por um governo eleito. Quando precisa essa via como a "única", deixa claro que trata-se de seu objetivo estratégico.

O PSTU tem origem no morenismo, que se dividiu em inúmeros grupos na Argentina, mas que preservam a essência das idéias de Nahuel Moreno. Para Moreno, a luta pelo socialismo tem de passar por duas etapas: as chamadas revoluções de fevereiro e de outubro. A primeira, de caráter democrático e encabeçada pelo reformismo ou nacionalismo. A segunda, de caráter socialista, encabeçada pelo proletariado. Portanto, segundo essas idéias, a tarefa de seus partidos é ajudar o reformismo a chegar ao poder e realizar a primeira etapa da "revolução".

No caso do Brasil, o PSTU formula sua política a partir da necessidade de fazer o PT reformista chegar ao poder. Distorce completamente o sentido da aliança operáriocamponesa, necessária

nos países semicoloniais, capitalistas atrasados, formulando-a em termos eleitorais: uma chapa eleitoral com um operário e vice camponês. E deforma também a independência de classe, como se ela se expressasse nas eleições pelo limite para as alianças.

O PSTU manobra com a formulação de propostas ao PT para preparar o caminho para seu "apoio crítico". Sua candidatura não é formulada em oposição ao reformismo, que cumpre um papel reacionário na atual conjuntura, e sim em apoio a ele. No primeiro turno, os militantes do PSTU não vão chamar um voto contra o PT, mas apenas contra os partidos burgueses. E no segundo turno vão apoiar abertamente o PT.

A independência de classe, afirmada como um princípio para o PSTU, só se defende de forma ativa, com uma política do proletariado, de seu partido revolucionário, em oposição à burguesia, seus partidos e instituições, e também em oposição às correntes conciliadoras de classe. O PT tem praticado uma política de conciliação de classe, e não será o fato de não fazer uma aliança com o PL que levará à independência. Ao contrário, o apoio do PSTU ao PT conciliador é que está em contradição com o princípio da independência de classe.

A tática frentista do partido revolucionário não é a do aliancismo eleitoral em um determinado campo. A tática da frente única aplicada pelos revolucionários se concretiza na unidade de ação, que pode ou não se expressar eleitoralmente. Ao contrário, a tática do centrismo se coloca em termos de frente de correntes e partidos, e em termos eleitorais. Essa tática corresponde à estratégia eleitoral.

## “O Trabalho” e seus Comitês QPCM

A corrente petista “O Trabalho”, que ainda se autodenomina trotskista, tem feito uma campanha ao redor de um manifesto chamado “Lula Presidente para romper com o FMI!”. Esse manifesto é base de uma campanha dos seus comitês e chapas denominadas “Que o Partido Cumpra o Mandato!” (QPCM).

O manifesto avalia a necessidade de “derrotar e expulsar do poder os partidos favoráveis ao FMI para salvar a nação brasileira.” O meio para se realizar essa tarefa é “um governo do PT, com Lula Presidente”. Critica as propostas de alianças do PT com o PL do empresário José de Alencar e com o PSB do governador do Rio, Anthony Garotinho.

Está aí uma posição claramente eleitoral. Formula com todas as letras a estratégia para a luta contra o FMI e não pagamento da dívida em termos eleitorais. Propõe um programa a ser realizado pelo governo do PT.

O meio para tentar se diferenciar do restante das correntes petistas é a exigência de que os governos do PT, desde os municipais até um futuro governo Lula, cumpram o mandato dado a eles pela população.

Essa idéia, de que os governos petistas devem cumprir o mandato, é típica do dicionário da democracia burguesa,

que ilude os explorados com a idéia de que os governantes são eleitos com base em programas, que a população vota nesses programas, e espera que os eleitos os cumpram.

O marxismo mostra que a democracia burguesa é a forma da ditadura de classe da burguesia, que as eleições são o palco para as disputas entre as frações capitalistas e elemento de engano das massas, que têm o papel de escolher qual será seu opressor nos próximos anos. Mostra ainda que o meio para a conquista das reivindicações é o da ação direta, e não a via eleitoral. A política proletária atua nas eleições burguesas para denunciá-las, defender o programa da revolução proletária e impulsionar a ação direta, em oposição ao passivismo eleitoral.

Ao contrário disso, a política de O Trabalho ajuda a manter as ilusões na via eleitoral e encobre o verdadeiro papel de Lula e do PT na situação atual. A possibilidade da aliança do PT com o direita PL só se coloca pela direitização do PT, mais que comprovada no último período, em que votou pela CPMF e abertura das empresas de comunicações ao capital estrangeiro, reduziu de 30% para 25% as verbas da educação em São Paulo, impulsiona os acordos de quebra

de direitos trabalhistas nas fábricas e condena a invasão de terras pelo MST. A aliança com os partidos patronais é o meio para se fortalecer junto ao poder econômico, que é quem decide em última instância as eleições. Ainda que a aliança com o PL não se concretize, a política do PT está dada pela sua prática. E há inúmeras declarações de Lula e dos dirigentes petistas que negam a possibilidade de um governo do PT se colocar pelo não pagamento da dívida externa, ruptura com o FMI, reestatização das privatizadas etc.

O slogan QPCM só serve a O Trabalho como uma cortina de fumaça para encobrir seu seguidismo ao reformismo petista, que rumo aceleradamente para a direita. Com essa bandeira e com seu manifesto, O Trabalho pretende agrupar os descontentes com as alianças petistas e com as medidas direitistas da direção, governantes e parlamentares apresentando-lhes uma salvaguarda que permitiria se manter no PT e ainda fazer campanha eleitoral por ele, apesar de estar totalmente integrado ao Estado e política burguesa.

A submissão das correntes de esquerda petista à direitização do PT as coloca como cúmplices desse processo. A

## Porque conhecer a história do movimento operário

O estudo da história do movimento operário nos mostra importantes acontecimentos do choque entre a classe operária e a classe burguesa (capitalista). A exploração do trabalho pelos capitalistas obrigou o proletariado, desde sua origem, a resistir por meio da ação direta coletiva. A luta de classe surgiu assim que a burguesia e o proletariado se encontraram nas relações de produção: a primeira como classe proprietária dos meios de produção e exploradora da força de trabalho; a segunda, como classe destituída dos meios de produção e explorada em seu único bem, que é a força de trabalho.

A história do movimento operário é a história da luta de classe entre burguesia e proletariado. Certamente, a luta de classe não surgiu com o capitalismo. Os modos de produção anteriores, como o escravismo e feudalismo, são próprios de sociedades divididas em classes. Nelas, desenvolveram-se os antagonismos de classe: patrícios e escravos; senhores feudais e servos.

O modo de produção capitalista não eliminou os antagonismos de classe. Ao contrário, a exploração da força de trabalho assalariada para extrair mais-valia (lucros) e acumular capital edificou uma sociedade profundamente dividida em classes, sendo a burguesia e o proletariado as duas classes fundamentais e inimigas mortais. Elas expressam o choque entre o capital e o trabalho.

O proletariado comparece como uma classe revolucionária. É a única classe capaz de se organizar em torno de um programa de destruição da sociedade de classe e de construção da sociedade socialista, sem classes. O que faz com que a classe operária seja revolucionária é o lugar que ocupa nas relações capitalistas de produção e seu completo antagonismo à propriedade privada dos meios de produção. Nas relações de exploração capitalista do trabalho, comparece como força coletiva na produção social. A burguesia ocupa o

lugar de classe que se apropria da produção social.

Essa contradição leva à necessidade de destruição do sistema capitalista e extinção das classes. Trata-se de transformar os meios de produção privados (capitalistas) em meios de produção coletivos (socialistas). A produção social deixará de ser fonte de acumulação de capital e exploração do trabalho. Passará a ser uma fonte de existência e desenvolvimento de toda a sociedade.

A classe operária é internacional e, por isso, suas lutas, suas conquistas programáticas e teóricas servem em qualquer parte do mundo como experiência e aprendizado. A história do movimento operário no Brasil é parte do movimento do proletariado internacional.

Estamos obrigados a estudar a história do movimento operário internacional e nacional para conhecer a realidade em que atuamos e criar as condições para transformá-la por meio da revolução social.

## Metalúrgicos-SBC

# Por que chapa única ?

A eleição sindical ocorrerá nos dias 8 e 9 de abril. Haverá apenas uma chapa encabeçada, novamente, por Marinho. Não haverá, portanto, chapa de oposição. Será que não existe oposição? Por que chapa única?

Ocorre que o critério de formação de chapa pelos membros eleitos nos denominados comitês sindicais praticamente impossibilita a chapa de oposição. Na sua maioria, os comitês são formados pela própria direção do sindicato.

O Marinho e sua turma podem entrar nas fábricas, fazer política diária e contar com o consentimento dos patrões para organizar seus adeptos nos comitês sindicais. Assim, os Comitês são um filtro que só permite chapa da situação.

Observem que cada eleição do Comitê é isolada uma da outra e só a diretoria do Marinho tem controle do conjunto. Não há ampla discussão entre os metalúrgicos das fábricas para a formação de chapas para os comitês. Assim, o critério dos comitês exclui a oposição. O que prova que os comitês apenas têm aparência de democracia sindical.

Não é estranho que somente em duas fábricas houvesse duas chapas concorrendo à eleição dos comitês? Ocorre que os comitês foram uma invenção da burocracia sindical para impedir que houvesse chapa de oposição.

Falso argumento para esconder a falta de democracia sindical

Na Tribuna (22/3), é dito: "Para Luiz Marinho o fato de apenas uma chapa estar inscrita demonstra a maturidade da categoria que apostou na necessidade de união de todos os metalúrgicos para lutar por seus direitos e consolidar a nova forma de organização da categoria."

O elogio sobre a "maturidade da categoria" só serve à política e interesse da burocracia em se perpetuar na direção do sindicato. A existência de oposição que expresse um programa diferente da direção atual, que permita a discussão entre os trabalhadores e a decisão pelo voto livre isso sim mostrariam maturidade.

A eliminação da oposição pelo critério do controle burocrático dos comitês impõe uma falsa unidade de pensamento e de programa. Onde não se pode

exercer a crítica e permitir que a experiência das lutas prove quem está certo, como demonstra o exemplo do acordo maldito da Volks, o movimento operário não pode amadurecer. Os trabalhadores são submetidos a uma única posição.

A chapa única não tem a ver com a "maturidade da categoria" e sim com a imposição burocrática e autoritária do grupo do Marinho.

### **É preciso defender os princípios da democracia operária**

O verdadeiro processo democrático das eleições sindicais implica: 1. Inscrição de chapas; 2. Prazo para inscrição; 3. Eleição igualmente controlada pelas chapas e por todos trabalhadores; 4. Votação sobre a base do programa e posições políticas; 5. Total direito de divergência, de expressão e de organização da oposição identificada com a luta dos trabalhadores. 6. Local do sindicato aberto às reuniões tanto da situação quanto da oposição; 7. Nenhum privilégio financeiro a quaisquer das chapas; 8. Critério de proporcionalidade para compor a diretoria eleita, de forma que a posição minoritária possa estar na direção expressando a vontade da parcela que nela votou.

Esse conjunto de condições não está presente nas eleições de 8 e 9 de abril. A chapa única expressa não a inexistência de oposição e sim o bloqueio antidemocrático imposto pelo grupo do Marinho.

### **Voto nulo programático**

Devemos, nos dias 8 e 9, votar. Mas o NOSSA CLASSE defende que os companheiros metalúrgicos votem nulo. Trata-se do voto nulo para defender a democracia operária e contra os acordos de flexibilização do trabalho assinados por Marinho.

Podemos escrever na cédula: pela democracia operária, não aos acordos malditos, não à redução salarial, não ao desemprego. Ou então outras bandeiras que cada companheiro achar correta.

A diretoria dirá que votar nulo é votar contra o sindicato. Assim diz porque

quer o voto para legitimar sua política de conciliação e colaboração com os patrões.

O voto nulo programático é a demonstração de que não estamos de acordo com a política e a conduta dessa direção autoritária e parceira da burguesia. O voto de oposição à política dos acordos de demissão e redução salarial fortalece o sindicato e enfraquece a direção burocrática.

### **Todos às urnas nos dias 8 e 9 de abril**

Votar nulo em defesa do programa operário

Contra os acordos de demissão e redução salarial

Contra a aplicação da reforma de FHC/Dornelles

Em defesa de todos os direitos trabalhistas

Pela democracia sindical - fim do controle burocrático das eleições através dos comitês sindicais.

### **Como foi o dia 21 de março**

O dia 21 de março foi marcado por grandes manifestações em todo o Brasil contra a reforma do governo de acabar com os direitos trabalhistas. Mesmo depois de prorrogada a votação dessa reforma de FHC/Dornelles, os trabalhadores saíram às ruas e mostraram sua força e disposição de luta.

Aqui no ABC, principalmente na Volks, havia de nossa parte uma vontade de fazer um grande protesto com todas as montadoras e autopeças. Mas por que não aconteceu? Não aconteceu porque mais uma vez a direção de nosso sindicato não quis unificar os operários contra a retirada de conquistas trabalhistas. Assim como não fez quando o governo retirou a aposentadoria por tempo de serviço e aprovou CPMF.

Na reunião de mobilização que aconteceu no sindicato para organizar a participação dos metalúrgicos na greve nacional, houve dois encaminhamentos. O 1º da direção, que seria fazer uma assembleia e atrasar 2 horas na entrada das montadoras; o 2º da oposição, de fazer

uma grande passeata com todos os metalúrgicos do ABC na Anchieta.

A diretoria no final da reunião, mais uma vez, resolveu brincar de paralisar 2 horas, mesmo sabendo de tudo que estava em jogo, ou seja, nossos direitos.

O resultado foi o que vimos na quinta-feira (21), enquanto vários trabalhadores faziam protestos na Paulista, bloqueavam o acesso a Guarulhos, nós fazíamos a assembléia interna nas montadoras. Isso para dizer que não se fez nada.

Nós da oposição não poderíamos deixar de comentar este fato, pois diante de mais este ataque do governo aos nossos direitos, a direção do sindicato não move uma palha. A reforma de FHC/Dornelles só poderá ser derrubada com a mobilização de todos os trabalhadores. Por isso, defendemos a convocação de uma assembléia geral de todas as fabricas aqui do ABC, para unificar a luta contra a destruição dos direi-

tos, pelo emprego e pelo reajuste imediato de salário.

Desde já devemos nos preparar contra a "flexibilização" da CLT, porque assim que terminar as eleições a reforma de Dornelles virá com toda força. Sabemos que a luta contra o fim dos direitos trabalhistas não poderá se separar da luta pelo emprego e pelo salário. Chega de brincar de paralisar 2 horas! Unidade dos metalúrgicos do ABC num grande movimento contra o governo FHC, que é capacho do imperialismo e da burguesia.

A classe operária deve estar do lado dos camponeses na luta pela terra

Recentemente, o MST ocupou a fazenda de FHC exigindo assentamentos e condições de plantio. FHC encenou uma negociação para que ocorresse a desocupação. Os camponeses confiaram na palavra do governo e aceitaram acompanhar uma vistoria do local. A armadilha de FHC era para prender as lideranças. Com

isso, acabou prendendo 16 companheiros do movimento dos sem-terra. Essa é uma lição para todos nós: não devemos confiar na conversa do governo, dos latifundiários e dos patrões.

Não podemos permitir que o governo coloque na cadeia nossos companheiros. Devemos exigir o fim de todos os processos judiciais ao MST e a punição dos assassinos de camponeses de Corumbiara e Eldorado de Carajás. Daí a necessidade da aliança operária e camponesa, que tenha como finalidade derrotar a burguesia que nos massacra com o desemprego, a fome, expulsão da terra, prisões e assassinatos. Não podemos seguir o exemplo de Lula e PT que condenaram a ocupação. Condenar a luta dos camponeses pela terra é se colocar do lado do governo e dos capitalistas.

Lutemos juntos pela libertação dos 4 presos políticos do MST em São Paulo. Pelo fim de todos os processos judiciais e pela li-

## Ceará Mirim

# Abertura imediata da Escola Ezequiel e Souza, em Manguari

A prefeita Edinólia Melo mantém a decisão de fechamento da escola Ezequiel Souza, localizada na zona rural do município de Ceará Mirim. O argumento apresentado de que há poucos alunos não serve para justificar tal decisão. Isso porque há outras escolas com número menor de alunos e essa mesma escola já chegou a ter menos alunos. Trata-se, na verdade, a uma perseguição política, pois dois professores dessa unidade escolar são dirigentes do Sindicato em Ceará Mirim e militantes poristas.

O movimento contra o fechamento da escola conta com o apoio dos pais e da população. Durante um mês, os alunos assistiram as aulas em barracas na porta da escola. A população contribuiu com a merenda, porque a prefeita suspendeu a distribuição da comida para as crianças. O acampamento em frente à prefeitura provocou indignação do povo de Ceará Mirim e foi notícia na imprensa de Natal.



A prefeita foi obrigada a pagar os salários dos trabalhadores da escola Ezequiel.

A prefeita, numa tentativa de sufocar o movimento, transferiu compulsoriamente os professores para uma outra escola e deu prazo para que eles assumissem as salas de aula. Mesmo diante dessa ameaça, os professores não acataram a decisão e permaneceram junto com a comissão de pais pela abertura da escola da Comunidade de Maguari. O movimento pressionou a prefeita para uma nova reunião. Esta acontecerá nessa

semana.

Os prefeitos aplicam a reforma educacional de FHC/Banco Mundial. Por isso, fecham escolas, demitem, arrocham os salários e sucateiam os serviços públicos (saúde e educação). Para impor essas medidas é preciso perseguir, processar e punir os lutadores. Edólia Melo e sua servicial Margarida Lima querem eliminar aqueles que combatem a reforma privatista, o Fundef e todos os mecanismos de adestramento dos trabalhadores em educação.

Lutemos juntos com os companheiros de Manguari pela abertura da escola

Não podemos permitir o fechamento de nenhuma escola ou sala de aula. Nossa população necessita de mais escolas.

Viva a luta dos pais de alunos da Escola Ezequiel Souza! Viva o apoio da população!

Abaixo as perseguições políticas da prefeita Ednólia Melo aos lutadores!

# O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciada no Massas 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

“Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo as tentativas de organização foquistas do período.

## **Questões de Organização I - Programa e Organização Fundamento Político do Problema (VI)**

Há interrelações e conflitos entre o Partido e as massas. Quando a vanguarda revolucionária (fusão do operário com a ciência) penetra na classe (e somente o faz em determinadas condições de maturidade desta, antes disto é repudiada ou apenas tolerada), impulsiona-a para frente avançando o desenvolvimento de sua consciência, o que coloca uma série de problemas políticos inéditos que obrigam a ajustar, completar ou modificar partes do programa. Se o Partido não cumprir esta tarefa, imprescindível

e impostergável, de forma adequada e oportunamente se converte em freio que impede um maior desenvolvimento da consciência de classe. Partido e massa se condicionam reciprocamente, as vezes impulsionam-se um ao outro, mas em outras oportunidades atuam como muros que impedem a marcha do companheiro.

Produto da consciência de classe, o Partido (enquanto não se degenera, ou muda seu conteúdo de classe) atua como a organização insubstituível que pode fazer evoluir politicamente as massas. Sua tarefa central consiste em assimilar criticamente as conquistas alcançadas pelas massas, que nos momentos de maior tensão da luta de classes dão provas de sua enorme capacidade criadora, e em generalizá-las. Assim, estas conquistas se convertem em patrimônio de toda classe, incorporando-se ao arsenal dos explorados e se perpetuam.

Portador da ciência social (marxismo) que trás de fora e a leva à classe oprimida e desprovida dos meios culturais, em certo momento o Partido dá expressão teórica ao que as massas realizaram, se nutre delas para superar-se programaticamente, e então leva a ciência a partir do seio das massas até o campo teórico geral. O Partido desta forma esta cumprindo a tarefa transcen-

dental de elaborar teoria. Ele e a militância atuam como expressões do trabalho coletivo e surdo do conjunto da classe. A política revolucionária encontra sua mais elevada expressão na criação teórica.

É fácil compreender que os elementos não totalmente emancipado dos vícios foquistas ou que são correia de transmissão da influência pequeno-burguesa em matéria política e organizativa, se empenham em trocar as células partidárias (para nós elas são insubstituíveis) por outros organismos que podem ser facilmente estruturados e inclusive importados, mas que não podem jogar o papel destas: comandos, departamentos funcionais, brigadas, núcleos ou qualquer outra coisa. Aparentemente, este problema pode apresentar-se como meramente organizativo ou sem implicações políticas, mas sem dúvida constitui uma intenção de deixar de lado o programa do Partido, sua estratégia, para substituí-la pelas concepções caóticas e heterogêneas da extrema-esquerda. Ao declararem a inoperância e caducidade da organização celular, estão declarando que o proletariado não fará a revolução, e que podem ser substituídos por um punhado de valentes e bem treinados pequeno-burgueses.

## **PREFEITA EDNÓLIA MELO FECHA ESCOLA DE MANGUARI E PERSEGUE OS COORDENADORES DA REGIONAL DO SINTE.**

- **Em defesa da escola dos filhos dos trabalhadores;**
- **Abaixo a perseguição política aos companheiros João Fernandes e Francenilda;**
- **Abaixo a secretária Margarida Lima.**

# **PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**

**Bolivia**

# Luta contra a miséria e o desemprego

**O que pela entendemos pelo salário mínimo vital com escala móvel de salário e escala móvel das horas de trabalho?**

**Os principais problemas dos bolivianos**

Estes são causados pela própria da natureza do capitalismo, agravada pela crise econômica estrutural e mundial da ordem social imperante. Estes males só poderão ser solucionados pela revolução social, que já pode ser vista no horizonte.

A miséria extrema que fustiga a maioria nacional, e que tem sua origem nas multinacionais, tem de ser respondida a altura, seguindo o caminho da ação direta das massas, arrancando o salário mínimo vital (que deve ser o suficiente para adquirir a quantidade de alimentos necessárias para repor a força de trabalho esgotada pelo processo de produção) complementada com a escala móvel. Isto significa que o aumento do preço das mercadorias (como consequência da política e de seu Estado de desvalorizar a moeda ou de recorrer a uma série de artimanhas para subir os preços das mercadorias) deve ser traduzido automaticamente na elevação dos salários na mesma proporção.

Certamente, esta reivindicação não será facilmente aceita pela burguesia e seu governo, da mesma forma ocorre quando os trabalhadores buscam a implantação da escala móvel das horas de trabalho.

A razão pela qual a classe dominante se opõem ferozmente a estas reivindicações está no fato de que serão um golpe descomunal à mais-valia (tempo de trabalho não pago) que a burguesia nos rouba e que é a razão de ser do sistema capitalista, atualmente em crise econômica profunda e em virtual pulverização.

Não devemos esquecer que estas duas reivindicações tem na

Bolivia um longa história.

As reivindicações operárias têm sua raiz na estrutura econômica da sociedade

O salário mínimo vital (que os sindicatos chamam de "salário de acordo com o custo da cesta básica familiar") e a es-

cala móvel das horas de trabalho são expressão da grande propriedade privada dos meios de produção, a medula do capitalismo, sua causa e consequência, o motor de seu crescimento. A mais-valia é a razão de ser do capitalismo.

Devemos concluir que estas duas rei-

**¡LA DEMOCRACIA BURGUESA ES LA DICTADURA DE LOS EXPLOTADORES VENDEPATRIAS Y CORRUPOTOS!!**

**¡No Vote!**

**¡Vote Nulo!**



**Hacia el**

**GOBIERNO OBRERO CAMPESINO**

vindicações, sobre tudo quando são expressões da luta instintiva dos explorados, aparecem como o produto do capitalismo.

### **A luta de classes é a luta pela mais-valia**

Isso explica porque dizemos que a luta de classes tem como conteúdo a

apropriação da mais-valia.

Inclusive tratando-se da luta instintiva das massas operárias, esta luta tende para a apropriação da mais-valia, ou seja, da grande propriedade privada burguesa

Os operários que instintivamente entram em greve e se apropriam das fábricas e das minas, manifestam que a essência de sua ação, ainda que seja o caso

de serem puramente instintiva, é a expressão de que se encaminham para destruir a grande propriedade privada burguesa para substituí-la pela propriedade social, que será a base da sociedade comunista.

A luta pelas reivindicações assinala seu germe, o início instintivo da luta, que se transformam em consciente, na batalha pelo comunismo.

## **Colômbia:**

# **Governo e foquistas voltam para a luta**

O governo colombiano vem se movendo sob o controle e financiamento do governo norte-americano, utilizando como pretexto a guerra contra o narcotráfico. Os fatos demonstraram que o objetivo final era o aniquilamento físico dos grupos foquistas.

O foquismo em todos os países evidenciou que seu traço fundamental

constitui a luta elitista de costas para as massas, que invariavelmente termina como uma política próxima a da burguesia.

Não é nenhuma novidade que os foquistas em muitos países terminaram como grupos eleitoreiros, empenhados em ganhar as eleições para concluir como governantes.

Não devemos estranhar que o fra-

casso das conversações entre os grupos foquistas e o governo colombiano termine na retomada da luta armada. A finalidade não será a busca de sua fusão com as massas e a organização da Frente Única Antiimperialista como tática de luta.

Com o tempo os foquistas acabam por se dissolverem ou desembocam no eleitoralismo burguês.

## **Venezuela:**

# **É o fim de Chávez?**

A história de que Chávez era a encarnação de Simón Bolívar, na sua época a expressão da política burguesa revolucionária, não passou de uma mentira publicitária.

Sua história da unidade continental não passou de ser um conto e Chávez em nenhum momento trabalhou para emancipar seu país ou o continente lati-

no-americano da política norte-americana colonizadora.

Chavéz se esgotou como um impostor que sonhava ser maior que o "Liberador".

Não há dúvida que a atual oposição a sua política ambivalente está impulsionada e financiada pelos Estados Unidos, mas mesmo defendendo a Venezuela

contra a intromissão ianque, isto não pode se traduzir em que devemos nos incorporar nas hostes de Chavéz. Na Venezuela está ausente a política revolucionária do proletariado, a única capaz de conquistar a emancipação nacional da opressão imperialista.

(extraído do jornal "Masas" boliviano n.º 1795 de março de 2002)

## **Argentina:**

# **Carta aos Companheiros da Assembléia nacional dos Trabalhadores**

O encontro piqueteiro de hoje significou um passo à frente no processo de estruturação da vanguarda política. Um bom número de oradores sindicais, políticos e de bairros se orientaram no sentido de que é necessário pôr abaixo Duhalde e todo o regime político como representantes do imperialismo e do grande capital saqueador e que as assembléias populares e os congressos piqueteiros devem apontar para se transformar em poder político, em efetiva e direta

representação de todos os oprimidos.

Propomos que os delegados debatam e aprovem:

1) Caracterizar o governo de Duhalde como antinacional e antioperário, submetido aos ditames do imperialismo, como seus antecessores. Está negociando com o FMI como deve ser o orçamento nacional, continuando com os cortes e ajustes contra as massas, portanto, deve

ser rechaçado totalmente. Duhalde é o responsável pela fenomenal liquidação das dívidas dos grandes capitalistas, que pretende que acabemos por pagá-las. O governo Duhalde é representante de todos os saqueadores que nos exploram e oprimem e, portanto, temos de acabar com ele e com o regime político como fizemos com os anteriores, por meio de nossa ação direta de massa. "Que se vão todos"

2) Para emancipar a Nação oprimida pelo imperialismo, devemos desconhe-

cer totalmente a dívida externa. Nunca mais um só dólar para pagar essa dívida. Romper todos os laços com o FMI e com o Banco Mundial, nenhuma ingerência nem participação dos organismos e governos imperialistas nos planos e orçamentos.

3) O sistema financeiro deve ser imediatamente estatizado sem indenização, o que mesmo com as privatizadas. O petróleo, o aço, o gás, a eletricidade, os telefones, o fundos de pensão nas AFJP devem ser propriedade estatal, sob o controle dos trabalhadores. O comércio exterior deve ser estatizado. Também deve ser expropriados os latifúndios. Existem elevados recursos para que todos possamos trabalhar e viver dignamente, não deve faltar comida, trabalho, educação e saúde, para ninguém; Mas todos esses recursos estão nas mãos de uma minoria que os tem concentrado e centralizado para seu exclusivo benefício.

4) Deve se aprovar imediatamente:

- criação de 4 milhões de postos de trabalho efetivos, a) desenvolvendo um vasto plano de obras públicas (proibido pelo FMI), sob o controle dos trabalhadores; b) reduzindo a jornada de trabalho a 8 horas diárias e 40 semanais; c) divisão de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores para que ninguém fique sem trabalho - sem reduzir o salário -

Enquanto se implementam essas medidas, aprovar um subsídio para a totalidade dos trabalhadores desempregados, sob o controle das assembleias populares. Duhalde, como antes Rodriguez Saa, prometeram um milhão de postos de trabalho, sem dúvida o que vemos são milhares de novos desempregados, produto de sua política a serviço do grande capital.

- o salário e a aposentadoria devem ser reajustados de acordo com os gastos familiares e reajustados regularmente conforme o aumento dos artigos de primeira necessidade.

- devolução de todos os depósitos de todos os pequenos poupadores.

- implementar com urgência uma verba para a saúde que permita atender toda a população e fornecer todos os medicamentos e tratamentos que

necessitam. Nenhum desconto dos trabalhadores destinado a obras sociais, verdadeiro negócio dos grandes grupos de medicina e dos burocratas. O sistema de saúde deve ser dirigido pelos trabalhadores e profissionais do meio.

- verba para a educação pública de acordo com as necessidades reais do sistema de educação.

- liberdade imediata a Castells, Ali e todos os presos por lutar.

- fim dos processos contra todos os lutadores. Castigo exemplar aos repressores.

5) Impulsionar em todo o país, em todas as províncias, localidades e bairros a estruturação de Assembleias Populares ou Cabildos, como expressão genuínas do povo em luta. Esta é a representação direta das massas. Não queremos que institucionalizem as Assembleias e as incorporem ao regime, como pretende os assessores de Duhalde. As Assembleias Populares devem converter-se em órgãos de poder. E em seu seio que se deve debater o programa e também as medidas que se devem tomar para impô-lo. Nos piqueteiros devemos intervir em seu seio para desenvolver uma política da classe operária. Nas assembleias se corporiza a unidade dos explorados e oprimidos, a aliança de classe necessária para lutar pelo poder político. Aí se expressarão as maiorias e a classe operária deve lutar por converter-se em direção política, já que é a única que pode dirigir consequentemente o levantamento da Nação oprimida contra o imperialismo e tem o programa político para solucionar todas as reivindicações democráticas, nacionais e sociais das massas. Nenhuma outra classe social pode jogar esse papel de direção. Esta será a aplicação prática da tática de frente única antiimperialista. A perspectiva deve ser a revolução social. A materialização do programa enunciado mais acima não será conquistada pela via parlamentar ou eleitoral, mas sim por uma verdadeira revolução social, isto é, da grande maioria da população explorada e oprimida da cidade e do campo, que imponha um Governo Operário-Camponês (ditadura do proletariado).

6) A luta pela destituição da Corte Suprema deve relacionar-se com o desconhecimento de toda a Justiça burguesa. Serão os Tribunais Populares,

baseados na ação direta das massas, os únicos que poderão investigar, encontrar os culpados do saque à Nação e a natureza de seus crimes e castigá-los efetivamente. Não queremos substituição de homens. É a Justiça dos capitalistas, destinada a castigar os pobres, que não serve mais.

7) A unidade do movimento operário, a unidade do movimento piqueteiro. Esta é uma condição essencial para avançar a luta. Este congresso deve aprovar a formação de uma comissão encarregada de organizar o próximo congresso e debater com todas as organizações que não estão presentes, mas que têm tomado parte das lutas dos últimos tempos. Com seus dirigentes, mas fundamentalmente com suas bases lutadoras, com suas organizações de base nos bairros, não podemos desconhecer o papel das organizações de La Matanza, suas bases devem ser ganhas para um movimento piqueteiro único. Devemos desenvolver um movimento no interior dos sindicatos, impulsionando essa política para expulsar os burocratas vendidos que colaboram com o governo e bloqueiam toda possibilidade de luta para garantir sua governabilidade. Está colocada a necessidade da Greve Geral, para impor aos capitalistas toda a pauta de reivindicações "com os dirigentes à cabeça ou com a cabeça dos dirigentes".

Estamos atravessando o início de uma nova etapa política. A rebelião de dezembro abriu o caminho para que se começassem a construir as Assembleias Populares e se reforçaram os bloqueios piqueteiros. A perspectiva desse poderoso movimento não é pressionar as instituições dos capitalistas, mas se converter em poder político para solucionar os dramas que originam a sobrevivência de uma minoria capitalista no poder nos tem levado a pior miséria, desemprego e degradação social, colocando-nos no caminho da barbárie. Eles são parte do sistema capitalista que se desintegra e decompõe com grande rapidez, levando todo o mundo para guerras e fome e que não pode ser reformado.

PORK - Masas (membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)

17 de fevereiro de 2002